

## DIVISÕES GEOGRÁFICAS: ÁREAS, ZONAS, DOMÍNIOS, REGIÕES, ANDARES

Por ORLANDO RIBEIRO

### COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

«Dividir é uma operação lógica e espontânea de que o homem não pode prescindir na barafunda de ideias e factos em que constantemente se vê envólto, o que muito acontece, quando, por exemplo, tem de estabelecer destriças nas regiões que le ocupa e de que tira elementos de subsistência» (J. LEITE DE VASCONCELLOS, *Etnografia Portuguesa*, volume III, 1941). Este volume é quase inteiramente dedicado ao inventário exaustivo das «Divisões tradicionais do Território», segundo a consciência que, da Alta Idade Média até hoje, o povo tinha delas. Compare-se o trabalho, infelizmente apenas iniciado, mas com o maior êxito, por DANTIN CERECEDA (1922), pioneiro da Geografia de Espanha, que, por não ter ensinado na Universidade, não exerceu a acção formativa que os seus excelentes trabalhos permitiriam esperar, e esboçado pela primeira vez para Portugal por AMORIM GIRÃO (a partir de 1927). Contudo LEITE DE VASCONCELLOS escreveu num verbete: «O etnógrafo estuda o que é, o geógrafo o que deve ser», entendendo que a «percepção» (como se diria hoje) das divisões regionais pelo povo nem sempre coincidia com as preocupações de «ordenamento territorial» (também para usar uma expressão moderna) que, em Portugal, com ou sem a colaboração de geógrafos, tem conduzido a notáveis dislates.

Enquanto o País vizinho possui uma excelente *Geografia Regional de España* (SOLÉ, TERAN *et alia*, 1968) em Portugal nunca se renovou o substancial tomo de H. LAUTENSACH sobre «As regiões portuguesas» (*Portugal*, II, 1937) —o que está nos meus projectos «póstumos», em colaboração com SUZANNE DAVEAU, fazer um dia. LAUTENSACH viria

a desenvolver uma «Sistemática das Paisagens», em obediência ao *Desenvolvimento das formas geográficas* segundo várias sequências —planetárias ou zonais, Leste-Oeste, central-periféricas, hipsográficas; para ilustra-lo escreveu a mais completa Geografia da Península (1964), traduzida em espanhol com o título de *Geografía de España y Portugal* (1967). Os jovens geógrafos dos dois países, alguns tão imbuídos —ou quase só imbuídos— de preocupações metodológicas teóricas, têm concedido pouca atenção às obras deste grande geógrafo um dos melhores e mais profundos conhecedores da nossa Península, à qual dedicou mais de meio século de viagens e investigações.

O essencial das ideias aqui retomadas data de há um quarto de século, quando o autor tinha outro tanto tempo estudado, ensinado e praticado a Geografia e empreendido largas e demoradas viagens, felizmente iniciadas num cruzeiro de férias de dois meses a todas as Colónias portuguesas do Atlântico e à Ilha da Madeira, com duas semanas pelo interior de Angola.

As notas metodológicas que se seguem procedem de «uma observação total e integrada da natureza, rigorosamente e cientificamente empírica, não construindo jamais especulativamente mas partindo dos fenómenos particulares observados» (W. LAUER), a propósito do seu mestre e antecessor CARL TROLL, que tive a sorte de ver trabalhar do Rio de Janeiro aos cimos do Itatiaia, no longo corredor sedimentar do Rio a São Paulo, entre a Serra do Mar e a da Nantiqueira, nos Appalaches e no Sudoeste dos Estados Unidos; ouvindo também as aulas, discutindo-lhe as conferências e, com extrema vivacidade, as observações de campo, penetrei fundo no pensamento do maior geógrafo da sua geração (V. o artigo que lhe dediquei em *Finisterra*, n.º 26, 1978, donde é extraída a citação de LAUER). Integração do *Todo* da natureza (compreendendo o homem), praticando como regra de rigor a observação empírica, estou na posição oposta dos que se dedicam à formulação de conceitos teóricos, que julgam indispensáveis às diretrizes da investigação. Esta maneira de fazer geografia aprendi com os meus mestres de vários países, pu-la à prova em meio século de trabalhos que estou reunindo e me parecem sólidos e perduráveis e comprovei-a quando *mostrei*, dos pontos altos, o desenvolvimento de Lisboa, da cidade muçulmana até às espectaculares torres que se levantam não só na periferia mas no centro da cidade —uma das paisagens urbanas mais caóticas que conheço— a um dos mais finos mestres da nova «Geografia», Torsten Hagerstrand, que teve a delicada atenção de visitar-me no meu retiro de Vale de Lobos e seguiu com

o maior interesse durante quatro horas os meus comentários de paisagem. Este encontro, que mostra, creio, uma notável e recíproca tolerância de espírito, foi reconfortante para mim e surpreendente para o mestre da escola de Lund, que nunca tinha estado na Península e pôde ouvir, num quintalório do coração de Lisboa o cantar do galo — álaçre som campestre que muito o surpreendeu entre o ruído de fondo da circulação mecânica.

Reproduz-se o resumo publicado nos *Comptes-rendus du Congrès International de Géographie, Lisbonne, 1949*, tome IV, Lisbonne, 1952, na «Section VII: Méthodologie, Enseignement et Bibliographie, Question 28 — Les divisions géographiques, leur définition et leur hiérarchie, en Géographie humaine et en Géographie régionale».

«Une grande imprécision règne dans les divisions géographiques qui servent de cadre aux études régionales. Il conviendrait d'arrêter une nomenclature de ces divisions et d'en donner une définition précise. Nous proposons de réserver le terme «aire» pour la répartition des phénomènes géographiques qui ne définissent pas d'unités régionales (aire de distribution d'une plante, d'un système de culture etc.); «zone» pour les divisions dont l'origine est essentiellement climatique et qui s'étendent *grosso-modo* dans le sens des paracèles; «domaine» pour les divisions qui embrassent de grands ensembles terrestres, définis eux aussi par le climat, mais ne présentant pas une répartition zonale (domaine des Moussons).

Il conviendrait de réserver le terme «région» (région naturelle, région géographique) à des espaces présentant une physionomie d'ensemble bien définie. Il ne faudrait donc pas confondre la région, avec sa personnalité bien caractéristique, et les territoires qui souvent expriment la localisation vis-à-vis d'accidents naturels ou des centres de rayonnement de civilisation (les grandes villes) embrassant des espaces qui n'ont de commun entre eux que des relations de proximité.

Nous estimons de même que les «Régions économiques» et les «Régions historiques» ne constituent pas un cadre qui convient à la Géographie régionale. Par delà l'évolution économique et les changements historiques, il faut baser la définition des régions géographiques sur des éléments stables que seule la nature peut présenter. Il est certain que l'on ne peut pas faire abstraction de l'homme, de son activité, de ses genres de vie, dans la personnalité des régions. Néanmoins, ce sont les données de la nature qui commandent un agencement des paysages, un aménagement du terroir, souvent même des types d'habitat (malgré leurs transformations), qui viennent à l'esprit lorsqu'on cherche

à établir les cadres des recherches en géographie régionale. Les grandes villes, les puissantes installations industrielles, les organismes économiques complexes sont, dans la plupart des cas, inter-régionaux. Voilà pourquoi il convient de se baser avant tout sur la nature et sur les formes des paysages ruraux qui s'harmonisent avec elle pour définir les régions géographiques» (pp. 356-358).

A comunicação suscitou grande interesse, sendo discutida por oito geógrafos, seis dos quais concordantes com a nomenclatura proposta pelo autor. Apenas o uruguaio MARTINEZ RODRIGUEZ acrescentou, fundando-se no exemplo dos Andes, mais o termo *andar*. Em 1959 CARL TROLL, baseando-se nas longas viagens e reflexões que «abarcavam continentes», na massa de observações acumuladas desde os solos reticulados e a vegetação subgélida aos modos de vida tradicionais e à intervenção da estimulação econômica devida à colonização fixação de elementos estranhos, novas vias de circulação de gente e de produtos, criou, a partir da sua longa experiência andina, completada posteriormente no Himalaia e através das elevações da África oriental, a geografia das montanhas na sua tridimensional «zonagem» (*Zonierung*), segundo a latitude, a longitude, a altitude. Aqui intervem poderosamente o conceito de *andar*, de que me ocupei na parte final deste artigo.

#### ÁREA; CIDADE E REGIÃO

Ao espaço abrangido pela distribuição de determinado fenómeno convém reservar a designação de *área* e ao seu contorno a de *limite*. Muitas áreas são destituídas de significado geográfico. Outras, pelo contrário, porque exprimem relações complexas, adquirem-no em alto grau. Consideramos o limite polar<sup>1</sup> da tamareira, dos agrumes e da oliveira, por exemplo. Formam estas plantas culturas importantes, inseparáveis da fisionomia de certos lugares (palmares de Elche, laranjais da *huerta* de Valência, uns e outros regados, olivais da depressão bética). Propagadas pelo homem até ao extremo limite de exigências ecológicas a que são muito sensíveis, demarcam, no domínio do clima mediterrâneo, cambiantes dos seus caracteres essenciais: *secura* do Verão, *doçura* do Inverno. Na simples área destas plantas traduzse

1. Limite setentrional e meridional é expressão válida para um único hemisfério. limite polar e equatorial para ambos e, por isso, preferível.

um conjunto de factos de clima e de actividade humana, uma vez que foi a rega que tornou possível a cultura de duas delas.

Todo o estudo geográfico deve conduzir a delimitar áreas e exprimi-las por meio de mapas. No Oeste da Península, por exemplo, as áreas de dominância do pinheiro bravo, do predomínio da associação do milho entre os cereais, da propriedade muito dividida, das grandes densidades de população rural e de povoamento disperso, coincidem nas manchas gerais: porque todas elas exprimem a preponderância das mesmas condições de clima e posição — proximidade do Oceano, ventos marítimos, humidade elevada, montanhas chuvosas que constituem grandes reservatórios de água de rega, articulação das terras interiores num litoral de pesca há muito ocupado pelo homem.

A análise das relações espaciais expressas pelos mapas é um dos processos de trabalho da Geografia regional para demarcar as divisões maiores de um território. Ele pressupõe certa elaboração dos dados de Geografia física e humana que permitam aperceber o desenho do conjunto da repartição dos fenómenos; mas é evidente que uma ordem de factos, só por si, não define uma *Região geográfica*. Por isso me tenho sempre oposto a considerar a área de influência de uma cidade — atracção e irradiação, que variam, aliás, com os indicadores escolhidos ou considerados —, sobreposta a paisagens muito diversas, como criadora de regiões; as cidades situam-se muitas vezes no contacto de paisagens e economias diversas, são *inter-regionais* (desenvolvi estes conceitos em «Região e rede urbana», *Finisterra*, 5, 1968). Uma tese recente de F. Guichard estuda *Porto: la ville dans sa région* (Universidade de Bordéus, ciclostilada em três vols. 1984), estendendo-se ao terço setentrional de Portugal. É certo que uma conurbação de 700.000 habitantes (dados de 1960, os últimos não merecem confiança), é única a contrarrestar a influência de Lisboa e por isso se lhe aplica correntemente a designação de «capital do Norte». Mas a cerca de 50 km situa-se Braga (41.000 hab.), numa região de muito alta densidade de população e que junta ao antigo prestígio religioso (um dos três arcebispos de Portugal, cujo prelado tem, desde o século XII, o título de Primaz das Espanhas), centro importante de comércio, de feiras e mercados, de artesanaria que se foi concentrando em indústria, com uma rede de camionagem («coches de línea») que desenha uma teia de aranha a partir dela, hoje em plena expansão e transformação, com bairros novos e renovados; apenas a 80 km situa-se Aveiro (18.000 hab.), porto de mar condenado, sem que por isso tenha cessado a construção de barcos bacalhoeiros, grande centro de exploração de sal, como por

toda a parte em crise, mas hoje em pleno desenvolvimento pelas indústrias químicas diversas (uma das principais fábricas de celulose do País) que se situam próximo dela, também numa área de agricultura intensiva e elevada densidade rural.

García Fernández, na *Geografía Regional de España* (1968, pp. 100 e ss.), mostrou a profunda unidade da Sub-Meseta Setentrional, a que correspondem as regiões tradicionais de Castela-a-Velha e Leão, «uma região de grandes dimensões» (200×250 km, 94.000 km<sup>2</sup>, que representam 18,6 p. 100 do território nacional, mais que os 89.000 km<sup>2</sup> de Portugal!); «morfologicamente, a região pode ser definida como uma bacia sedimentar cujos bordos estão constituídos por robustas margens montanhosas», situada geralmente a 800-1.000 m de altitude, com um modo de vida tradicional, agrícola e ganadeiro: são os *Campos de Castilla* do grande poeta Antonio Machado. Nesta vasta região, cuja estimulação económica se está promovendo por várias formas que sacodem a sua letargia histórica, cinco capitais de província com menos de 20.000 habitantes, duas entre 25.000 e 30.000 e só Valladolid com mais de 50.000 (68.980)<sup>2</sup>. Nenhuma destas cidades hierarquiza as demais, posto que todas têm análogo papel *político* (de *polis*), como sedes de divisões administrativas que comportam os mesmos serviços. O seu desenvolvimento recente, a criação de «polígonos industriais», a utilização da energia do Douro e dos seus afluentes, junto da e na fronteira com Portugal, vai ainda principalmente para Madrid, promovendo a antiga «villa y corte» a um enorme conjunto industrial disseminado pelas *afueras* e por antigos *pueblos* rurais e ganadeiros em plena mutação. Entre as cidades de Leão e Castela-a-Velha, algumas deliciosamente tranquilas e evocativas de um prestigioso passado urbano, existem apenas pequenas e médias: Salamanca, a grande e velha Universidade da Península, e Burgos renovam-se por esse *ensanche* que as envolve e apenas Valladolid, de má construção de taipa, parece uma cidade moderna, de dimensão média, onde se perdem alguns recantos e monumentos, alguns únicos no mundo, como o magnífico museu de escultura policromada. Antiga «corte» que rivalizou com Madrid no tempo dos últimos Felipes, está muito longe das cidades industriais de Astúrias, País Vasco e Catalunha e das aglomerações portuárias do Mediterrâneo, a que havia que juntar Sevilha, que eram já grandes cidades na época muçulmana.

2. Numeros hoje em todas elas aumentadas pelo *ensanche* posterior.

A forma do Globo faz com que os raios solares incidam, do equador para os polos, cada vez mais obliquamente sobre a superfície da Terra; a inclinação sobre o plano da eclíptica provoca a desigualdade dos dias e das noites. Estes dois factos são a causa da diferenciação dos climas, que envolve o Globo como uma série de faixas grosseiramente paralelas (o rigor deste paralelismo é perturbado pela repartição das terras e dos mares e pelas moles de relevo). Já Ptolomeu considerou a existência de *climas*, que variavam de meia em meia hora segundo o dia mais longo do ano. A especulação e a extrapolação dum Globo de que apenas se conheciam, articuladas em torno do Mediterrâneo, três Partes do Mundo, mas de que Eratóstenes havia medido, com notável precisão, um arco de meridiano, mostram nos geógrafos antigos notável capacidade de se elevarem a uma visão geral da superfície terrestre, de que apenas um quarto era directamente conhecido.

A circulação das massas de ar, o regime das águas, a fisionomia da vegetação, as condições gerais da vida humana nos níveis inferiores da civilização, dependem, em larga parte, de factores de ordem planetária. Assim se demarcam as *grandes Zonas Terrestres*, a que a Geografia geral, depois do abandono da velha e confusa noção dos Continentes, está consagrando renovada curiosidade.

Dentro desta orientação, pode citar-se o artigo pioneiro de de Martonne, «Géographie zonale. La zone tropicale», *Annales de Géographie*, 1946, que a fadiga e a morte impediram de estender, como era seu desejo, às outras zonas terrestres, e a síntese, breve e densa de C. Troll, das montanhas tropicais (*Die Tropischen Gebirge*, 1959). Ambos estes trabalhos marcam uma viragem nos conceitos fundamentais da Geografia e têm a marca do génio de dois dos maiores geógrafos de todos os tempos. Numa colecção recente está-se intentando o tratamento sistemático deste tema, de que apenas saíram dois volumes, «Les Zones tropicales arides et subtropicales» de X. de Planhol e P. Rognon (1970) e «La Zone intertropicale humide» de S. Daveau e O. Ribeiro (1973).

É uma óptica ao mesmo tempo de Geografia geral —as zonas terrestres são um traço fundamental da fisionomia do Globo— e de Geografia regional, pois aí se demarcam grande conjuntos planetários e a sua interferência com a repartição dos Continentes e Oceanos, atenta tanto ao estudo das civilizações locais como ao grande facto histórico que marca o início da Idade Moderna — a expansão ibérica

e, na cola, a de outros povos europeus, melhor apetrechados tecnicamente, constituindo populações mais densas, capazes de maciças transmigrações oceânicas.

Qualquer território um pouco estendido no sentido dos paralelos sofre a influência das condições zonais do Globo. Uma faixa que vai desde o Cabo Finisterre ao Cabo de Creus distingue-se, no conjunto da Península Ibérica, pela sua humidade permanente; há chuvas estivais (mais de 50 mm em Agosto, o mês mais seco), predominam plantas comuns à Europa oceânica, rareiam as mediterrâneas, nunca se regam os campos, tomam grande desenvolvimento prados e bosques. Temos aqui um exemplo de divisão zonal; é a *Ibéria sempre húmida*, de traçado Leste-Oeste, que se opõe à *Ibéria de Verão Seco* (H. Lautensach, 1964), muito diferente do limite entre a *Ibéria húmida* e a *Ibéria seca* traçado por J. Brunhes em 1902, mais imaginado do que apoiado em dados climáticos, então insuficientes, e na aparência da vegetação e das culturas, bastante conhecidas dos geógrafos peninsulares para não aceitarem um estranho limite que engloba no mesmo conjunto climático toda a escala de paisagens que vai da Galiza ao Algarve. A estas faixas, demarcadas no sentido dos paralelos por causas planetárias, conviria reservar unicamente o nome de *zonas*. Será portanto menos correcto falar de zona atlântica ou de zona central da Península, a que melhor caberia ainda a designação de conjunto regional.

### DOMÍNIOS TERRESTRES <sup>3</sup>

A interferência das faixas climáticas com a distribuição das terras e dos mares cria à superfície do Globo grandes extensões não zonais, a que se reservará o nome de *domínios*: domínio das Monções, na Ásia, com a sua vigorosa alternância climática; diagonal árida que se estende, quase sem interrupções, da Mongólia ao litoral atlântico do Sáhara; domínio dos ventos de Oeste, na Europa, caracterizado por uma forte tonalidade oceânica. O domínio mediterrâneo, na orla deste, marginando um mar disposto no sentido dos paralelos, sujeito à acção prolongada da zona dos anticiclones subtropicais, com Verão seco e longo, vegetação e agricultura onde se inscreve já um matiz de aridez, um substrato comum de civilização que desponta através da variedade e localismo de antiquíssima ocupação humana, está em larga parte

3. Qualificativo indispensável para distingui-los de domínios políticos.



também condicionado por uma zona terrestre: a sub-tropical. Por isso não seria incorrecto dizer também zona mediterrânea, visto coincidir a zona sub-tropical com um complexo domínio de civilização, ao mesmo tempo uno e vário, ligado à Europa, à Ásia, à África, separado hoje entre o Catolicismo, o Cristianismo ortodoxo e o Islame, religiões e ideias debaixo das quais se reconhecem formas de vida em larga parte comuns. Almeria, coberta de açoteias, lembra mais o Magrebe que a Espanha. Tetuão, no tempo do protectorado espanhol, evocava as cidades hispano-muçulmanas, onde mouros, cristãos e judeus se misturavam no *çuc* ou mercado, separando cuidadosamente, em bairros próprios, a vide de intimidade. A influência muçulmana é insignificante na Galiza, nas Astúrias, no País Vasco, mas marca múltiplos aspectos do Sul de Portugal (Silves é, ainda hoje, uma bela e minúscula cidade muçulmana), da Itália meridional, e penetrou muito para o Norte, até ao clima de frio e neve invernais da Croácia e da Eslavónia, anexadas pelo Império Austro-húngaro, com cidades e aldeias de população turca. Turcos, sérvios, judeus, ciganos, um ou outro grego ou italiano, animam os maravilhosos romances de IVO ANDRIČ (*A Ponte sobre o Drina, Crónica de Travnic*), até que a ocupação austríaca trouxe um elemento mais: o germânico. A «transgressão» muçulmana penetrou também longe na Europa, primeiro quando os árabes foram detidos em Poitiers em 732, depois com os turcos, batidos junto dos muros de Viena de Austria em 1673. Tanto na Península Ibérica, como nos Balcãs, os judeus, embora também objecto de violências, acompanharam a expansão muçulmana, prolongando a sua influência.

Os domínios da civilização reforçam ou contradizem as divisões naturais de tipo zonal. A continentalidade e a oceanicidade, que em grande parte se reduzem, na nossa Península, à oposição centro-periferia, um dos quatro elementos de variação das formas geográficas de LAUTENSACH, fazem que a «Ibéria de Verão seco» deste autor chegue ao sopé dos Montes Cantábricos. A 800 m, nos páramos onde a neve pode cair e permanecer até Maio, a secura interior permitiu a difusão da vinha, sendo o vinho preparado e guardado em *cuevas* para o proteger dos grandes frios de Inverno; chega até Leão uma aragem de Sul, uma *meridionalidade*, que tanto se exprime nos rodais de *Quercus toza*, que conserva as folhas mortas até ao renascer da Primavera, como nos belos mosteiros moçarabes, edificados por alarifes vindos dos grandes centros de arquitectura muçulmana em que largamente se inspiram, com uma monumentalidade que só podem alcançar nas terras cristãs, neogóticas, da primeira Reconquista até Afonso VI, batido em Sa-

crálias mas ocupando Toledo (1085), depois do que se intitula *Imperator totius Hispaniae* e *Señor dos homes das dous relixions* (no galego-português que era a língua da côrte, da rua e da poesia na metade ocidental da Hispania cristã e entre os moçárabes em terra muçulmana que, com a Reconquista, foram ganhando o Norte.

À *meridionalidade* de Leão, que procuro mostrar num artigo ainda inédito, sucede, passado a grande barreira montanhosa a que os geógrafos espanhóis (e portugueses na esteira deles) dão o nome simples e expressivo de Cordilheira Central, a *mediterraneidade* franca da área do olival, das labiadas com seu intenso perfume, dos cistos, onde o gado origina povoamentos exclusivos de esteva ou xara (*jara*), que dão um nome de comarca nos Montes de Toledo — La Jara — e, na forma árabe ou latina, tantos topónimos em Espanha (Guadalajara, rio de la jara) e Portugal (Esteval, Estevais, Esteveira, uns quinze nomes de lugar, nenhum derivado de xara, nome de planta que penetrou provavelmente em Trás-os-Montes e no Alentejo pela fronteira. É a natureza «apacible» do Mediterrâneo, que deu o nome a Placencia, quando se reconquistou a cidade, poderosamente fortificada, onde depois se ergueram a catedral e grande número de palácios prestigiosos.

Entre as grandes culturas mediterrâneas sucedem-se, em áreas cada vez mais restritas: 1) o trigo, cereal hoje principalmente da Europa média e da planura russo-siberiana, onde os artificios da genética conseguiram leva-lo além do Círculo Polar; 2) a vinha, que chegou à Prússia e à Irlanda, com a propagação do Cristianismo quando a comunhão dos fieis se fazia segundo as duas especies; 3) a oliveira, que se teme dos ventos mareiros e dos Verões pouco secos; todos eles constituem o *sequeiro* (*secano*), vasto como um mar, onde o *regadio* forma ilhas da maior intensidade de cultura que se conhece; 4) o arroz, o cereal de maior rendimento unitário, que ultrapassa o paralelo de 40° e ocupa vastos espaços nas planícies alagadiças da Ria de Aveiro e do Campo do Mondego e a paisagem quase asiática da Huerta de Valência (que BLASCO IBAÑEZ evocou com tanto vigor em *La Barraca e Cañas y Barro*), ou mesmo de 45° nas Planícies do Pó e na Puzta húngara, sempre em cultura mais do que regada, alagada, semeado em viveiros e replantado por grandes grupos de homens e mulheres — última das grandes culturas a resistir à mecanização, até se inventarem tractores de cilindros que não se atolam no lodo; 5) a palmeira-tamareira, verdadeira cultura de oásis na África mediterrânea e sahariana (a tâmara constitui com o cuscuz de sêmola de trigo a base da alimentação de nômadas e até de sedentários): nenhum oásis tão belo como

o palmar de Elche, com 80.000 árvores, em torno de uma cidade coberta de açoteias e rodeada de *huertas*.

Assim, muito para além da zona temperada, pois o trigo ultrapassa o círculo polar e o palmar de tâmaras a latitude 15°, há uma série de faixas zonais (a que nos Estados Unidos chamam *belt*, *corn-belt*, *cotton-belt*), de contorno fluído e per vezes imbricado, mas que, ao fim e ao cabo são uma imposição de condições planetárias a que tiveram de ajustar-se tanto modos de vida locais e tradicionais como grandes áreas de produção largamente comercializada. Aqui bem se pode dizer, *sem exagero* mas também sem reserva, que a natureza comanda a economia.

Zonas ou domínios, grandes divisões traçadas na superfície do Globo pela diferenciação climática, exprimem a relação espacial de factos complexos, físicos, biológicos e humanos, que nelas se articulam. Compete à Geografia geral precisar os caracteres destes grandes conjuntos. O estudo regional fará intervir elementos, naturais e humanos que só um trabalho de pormenor poderá examinar.

#### ANDARES MONTANHOSOS

A montanha defini-se tanto pela altitude como pela massa e os declives. Na Península há montanhas de menos de 1.000 m e extensos *altiplanos* quase à mesma altura. A mais de 3.000 m, nos páramos dos Andes e no Tibet, elaboram-se civilizações não só engenhosas, mas superiores, pois souberam criar supérfluos indispensáveis à vida de todos os dias e provenientes, nestas vastas extensões de altiplanos tropicais, de longo e gélido Inverno e Verão curto e moderado, das áreas quentes e húmidas das terras baixas: a coca, cultivada na selva amazónica e mascada pelos índios té formar uma bola na bochecha, indispensável pelos efeitos estimulantes, principalmente durante longas caminhadas a pé, *arreando* burros e mulas introduzidos pelos espanhóis e logo aceites pelos índios como animais de carga e de montada, o chá, também cultivado nas baixas altitudes e vindo da Índia e da China, batido com manteiga rançosa e bebido muito quente para lutar contra o frio. Entre incas e tibetanos, civilizações em larga parte isoladas, estes prazeres da vida deram origem a fluxos de comércio por caminhos ou veredas difíceis e perigosas.

Os Andes e o Tibet, em contexto geográfico mais húmido, estariam debaixo de um escudo de gelo: mas a subida de águas profundas, conhecida como corrente de Humboldt, cria um clima desértico ao longo

do litoral sub-americano e a aridez sobe em altitude, abaixando as precipitações de neve, reduz a extensão dos glaciares andinos; quanto ao Tibet, a maior barreira montanhosa que existe, o Himalaia, pára as chuvas de Monção e limita também muito a acumulação da neve. São países próprios para certas culturas, como a batata, originária dos páramos dos Andes, donde se espalhou pela maior parte do mundo acabando com as fomes crónicas da Irlanda, e que os índios sabem congelar e guardar em silos em covas cobertas de terra; a cevada, no Tibet — o cereal que mais sobe em altitude; próprios também para a pastagem, de lamas, alpacas, vigonhas, as primeiras único animal de carga na América tradicional, as segundas apreciadas pela lã muito fina, as últimas vivendo em rebanhos semi-livres; no Tibet cria-se o *yak* ou boi peludo, que dá pêlo e suporta a carga, cavalinhos de montada, para os quais há imensas pastagens e uma verdadeira transumância, buscando os pontos menos nevados de Inverno.

O que, ao fim e ao cabo, caracteriza essencialmente a montanha é a organização *vertical* da paisagem, que se define pelo conceito de *andar* e tão espectacular se mostra na paisagem. No Peru, Abancay é uma pequena cidade rodeada de plantações de cana-de-açúcar, no cimo de um cone de dejecção tão inclinado que a estrada só pode subi-lo em zig-zag. Ao fundo dominam os altos cimos cobertos de neves perpétuas. Quase uma réplica do delta de Motril, o único lugar da Europa onde se cultiva a cana-de-açúcar (como se sabe introduzida pelos árabes no regadio peninsular e transformada pelos dois Países ibéricos — e também pela França — em enormes plantações tropicais); alguns retalhos da *huerta* de Motril são reservados à cultura dos cravos — flor das jovens andaluzas que as colocam nas *sienes* (o que ainda se vê). Como pano de fundo desta paisagem quase «tropical», em todo o caso única no Mediterrâneo espanhol, levanta-se a cúpula branca e brilhante da Sierra Nevada, que deve o nome à permanência das neves, embora apenas emita um pequeno glaciár. Em continentes e até em hemisférios distintos estas imagens acodem naturalmente à comparação do geógrafo.

Todos os cimos da Cordilheira Central se individualizam no Inverno com a sua cobertura de neve (acima de 1.400 m segundo as minhas observações na parte portuguesa), que ao derreter embebe os prados onde se criam ovelhas, transumantes de Inverno para as terras soalheiras onde levam as quatro *cañadas* espanholas e mais uma portuguesa até às planuras e vales da Estremadura (Real Valle de la Alcadia). Ainda vi, na estação de Mediodia, os vagons *borregueros*,

atrelados a lentos comboios de *mercancias*, que se dirigiam de Salamanca à Estremadura. Nas *carreteras* espanholas é indispensável a indicação *Paso de ganado*; poucos madrilenos saberão que, a horas mortas da noite, a prestigiosa Gran Via era *cañada* e os rebanhos tinham prioridade sobre o trânsito urbano.

Assim, ao crescer da altitude, definem-se andares, último termo das grandes divisões geográficas consideradas:

1) De relevo: torrentes impetuosas que, nos Alpes, permitiram a difusão precoce da primeira indústria moderna a usar a electricidade hídrica, glaciares, com suas plataformas ou cúpulas de alimentação, perpetuamente geladas.

2) De vegetação: matas de carvalhos e castanheiros, a que sucedem pinheiros silvestres de troncos dourados, faias e vidoeiros — *Betula alba*, que formam também as enormes florestas sub-polares da Escandinávia ou do Canadá (espécies idênticas ou afins), até um limite onde as árvores cedem o passo a moitas de arbustos, onde predomina o zimbro (*Juniperus communis*, var. *nana*), de cujas bagas se faz a genebra, macerando-a em aguardente, e grandes relvados de cervum (*Nardus stricta*), pobre graminea, alimento exclusivo de rebanhos de milhares de cabeças de ovelhas, desdenhado pelo gado lanígero das montanhas da Inglaterra, onde a humidade atlântica permite pastagens naturais mais ricas.

3) De solos, progressivamente reduzidos, às vezes esqueléticos (montanhas de xisto e de calcáreo), periglaciares, mesmo na actualidades, onde se podem observar pedacinhos de gelo entre fragmentos de rocha, em lajes estaladas paralelamente à topografia num pavimento de blocos apenas coberto de musgo e líquenes e só nos interstícios aproveitado como pasto.

4) De culturas: na parte portuguesa da Cordilheira Central a oliveira cessa pelos 700 m, a vinha sobe a 1.000, o milho um pouco menos, cedendo o passo ao centeio, até 1.600 m, ao passo que a batata se detem pelos 1.400 (estes limites, devido a menor precipitação, e portanto menor queda de neve, sobem, na Cordilheira Central espanhola, tanto mais quanto caminhamos para Leste.

5) Da armação da terra em socalcos ou *andenes*, de que há belos exemplos no Vale de Tietar, imenso pomar de cerejeiras, e em toda a Cordilheira Central portuguesa para a associação do milho/feijão/abóbora (importada da América por intermédio da Hispaniola e do México central, em torno de cujos enormes *pueblos cerrados* forma, como em Portugal, uma auréola de regadio.

6) De povoamento, que quase sempre se torna coeso, por necessidade da utilização comunitária de águas de rega nos prados permanentes ou na sua alternância com a associação do milho, em todas as montanhas no Noroeste da Península (*millo* e não *maiz*, *canastro* e não *hórreo* mostram que o milho penetrou pela fronteira do Minho na Galiza, depois de se ter rapidamente difundido da Andaluzia atlântica — dos arredores de Cádiz, dizem os mais antigos textos — em todo o Portugal atlântico); do rebanho comum de ovelhas e cabras, guardado à vez pelos donos (*vezeira*, *vigia*), que é necessário defender dos lobos; da existência do boi do povo, único reprodutor, que tem estábulo próprio ou anda de casa em casa, proporcionalmente ao número de vacas de cada criador, com as *lamas do boi*, prado ou *lameiro* que lhe está reservado.

7) A montanha é conservadora de arcaísmos, alguns determinados ou ajustados ao seu clima e ao seu relevo: culturas totalmente desaparecidas da terra baixa ou plana, como o linho, quase tão regado como o prado, o milho alvo (*Setaria italica*) e o milho painço (*Panicum miliaceum*) que, desde o século XVI, recuaram perante a expansão do milho americano, *cortiços* de abelhas, que encontram pasto nas flores dos prados e incultos; arados e grades de madeira, aqueles apenas com relha de ferro, estas com dentes de pau, vários tipos e formas de enxadas e sachos, todos eles exigindo a proximidade de pequenas forjas tocadas a fole, que nem sempre funcionavam («o ferreiro de maldição, quando tem ferro não tem carvão»). O inventário destes instrumentos, expressão de uma civilização em extremo coesa, engenhosa e poupadora de energia mecânica (por cuja posse se acenderam e mantêm o maior número de guerras) foi feito em Portugal pelos grandes etnólogos J. LEITE DE VASCONCELLOS, JORGE DIAS e o seu grupo (Ernesto VEIGA DE OLIVEIRA, FERNANDO GALHANO, excelente desenhador, e BENJAMIM PEREIRA), por mim e por um ou outro discípulo que se não deixou deslumbrar pelas formas da vida moderna e pela comodidade de estudo das cidades e lugares turísticos. Muito do que ainda vi e pude mostrar a alunos encontra-se hoje em museus etnográficos, de que é modelo o *Museo del Pueblo Español* da Madrid, organizado pelo saber e andanças de J. CARO BARÓJA, mestre de Etnologia ibérica, e nalguns outros museus de várias regiões da Espanha, como a Galiza, o País Vasco e a Catalunha — o *Pueblo Español* de Barcelona, com reproduções, escrupulosamente fiéis na forma, nos materiais e no recheio, de casas de toda a Espanha; cobertura de colmo, como nas *pallazas* galegas, por toda a parte a desaparecer sob a influência da

moda da cobertura de telha e pelo perigo dos incêndios (mas que tornava a casa menos fria no Inverno); multiplicidade de moinhos e de lagares de azeite (apenas no andar mediterrâneo), rodas que movem teares ou *galgas* (pedras em forma de tronco de cone, semelhantes às dos lagares, de que tomaram o nome, e moem trapo velho para fabrico de papel, tocados pela água viva e permanente das torrentes; vestuário de pano espesso (surrobeco, que já se não fabrica em Portugal), *coroças* ou capas de palha, que resguardam da chuva e da neve conservando o calor, e polainas do mesmo material, só usados por homens, teares caseiros, rocas e fusos de fiar, *espadelas*, espécie de cutelos de madeira com que se desfibrava o linho sobre un cortiço, *capucha*, que protege a cabeça e o resto do corpo num amplo rodado, só usado por mulheres.

8) Da ausência de cidades, dada a pouca acessibilidade da montanha, embora algumas sitas em torno de 1.000 m desempenhem funções de capitais de província (distrito em Portugal), como Ávila e Guarda (mas a sua área administrativa, que largamente coincide com a área de influência, estende-se pelas planuras e vales que a constituem), ou com características especiais de centros de lanifícios como Béjar e Covilhã, tão semelhantes pelo sítio, pela posição e pelas funções; lã, água límpida para lavagem e tinturaria, para mover rodas de tear, criação de pequenas centrais eléctricas nas torrentes muito incisivas nos flancos da montanha. Embora hoje laborem tudo, mas algumas fábricas principalmente fibras sintéticas, as grandes feiras de gado onde os industriais principalmente se abasteciam eram a de Medina del Campo e as do Alentejo (Évora, várias aldeias e a vila do Campo de Ourique), a centenas de quilómetros de distância.

Os exemplos que ficam explicitam a noção genérica de *andar*, de valor universal como *zona* ou *domínio*, e tornam-na indispensável para definir regiões montanhosas ou o elemento montanhoso de certas regiões. Em português e em galego *montanha* e *ribeira*, ou só em português *serra* e *ribeira*, *campo* e *monte*, muitas vezes utilizadas como complemento de nomes de lugares próximos, realçam estas oposições.

## NATUREZA E HISTÓRIA

Que concluir? Definir *áreas* é processo corrente e indispensável, umas vezes prévio, outras conclusivo, de demarcar limites de factos geográficos especiais. Todas as ciências físico-naturais e humanas que

se preocupam com a superfície da terra a ele têm de recorrer. A comparação s imbricação de áreas, fazendo ressaltar «complexas realidades» (DANTIN CERECEDA) é recurso de trabalho corrente em Geografia. Nelas, como disse VIDAL DE LA BLACHE, a natureza depôs os germes que a civilização fez eclodir, num grau já adiantado de relações gerais, dando «personalidade» às regiões, harmonizando «formas de solo ou de existência que dela derivam», cuja noção muito nítida existe no espírito popular e cria as designações tradicionais de territórios, que às vezes o geógrafo tem de integrar em conjuntos mais vastos, como se viu com o exemplo de Leão e Castela-a-Velha.

As regiões sofrem a dominância de um carácter, natural ou humano, imbricados os dois aspectos e raramente apenas o segundo. As poderosas concentrações industriais e urbanas do Ruhr e de Megalopolis são dos poucos exemplos, à escala mundial de uma rede de cidades intermiváveis e que pegam umas com outras, confundindo os arrabaldes, unidas por uma malha densa de caminhos de ferro, de estradas, de aviões, que servem tanto os homens como os produtos da sua indústria pesada e da energia de que é ávida, concentrando poder de decisão, capitais e sociedades que os gerem, esfumadas e faltas de espaços verdes, contra o que os «ecologistas» erguem vãos mas ruidosos protestos, são os exemplos mais significativos, à escala mundial, tanto mais que não escapam à observação dos satélites que permitem uma visão geográfica real a que, até aqui, só a Cartografia dava expressão.

Consciência das regiões? Entre a planura alsaciana no fosso do Reno e os maciços hercínicos dos Vosges e da Floresta Negra é a natureza que demarca «unidades de paisagem» de que o nome de conjunto é, muitas vezes, o sentimento. Viu-se como Leão e Castela-a-Velha, nomes de tanta significação histórica ainda que muitas vezes unidos, pertencem à mesma enorme unidades geográfica. Outros, como a Suíça ou o Aragão, a *região histórica* (a nível nacional ou dentro de um país) integra e coordena unidades naturais diferentes, como uma alta cordilheira, vigorosamente pregueada, um corredor deprimido (na Suíça chamado expressivamente *Mittelland*) e montanhas médias, predominantemente calcárias e dispostas em moles ondulações. Evidentemente subvertida por obras humanas, reduzida a resíduos «ecológicos», que não são originários mas também já profundamente alterados pela poderosa civilização industrial dos nossos dias, a natureza e uma vida rural que foi um longo ajustamento às suas condições estão presentes na paisagem e dão dela uma definição donde os elementos naturais, «sempre o assento e muitas vezes a condição dos factos hu-



manos» (PIERRE GOUROU) não podem ser desprezados. Tentar *fazer Geografia sem base física* é uma falácia, um desvio de quase dois séculos de pensamento geográfico.

Por isso, a criação da *Geografia Zonal* pôs a tónica sobre o clima e sobre o que principalmente o torna visível na paisagem: a vegetação. Grandes *domínios* são ainda áreas naturais causadas pela assimetria do planeta. Zonas e domínios podem coexistir e reforçar a sua tonalidade, como o Mediterrâneo, um mar Leste-Oeste, incluído na zona subtropical, que a sua orientação, uma navegação comercial precoce, a colonização e expansão de povos que segue quase sempre o caminho do oriente para ocidente, deram, a despeito de siglas de religiões adversas ou separadas, uma poderosa e evidente unidade. *Ex Oriente lux!* Mas é bom não esquecer que os senhores do apogeu do império romano nasceram na Andaluzia e que Córdova, o seu califado e os reinos de taifa que dele herdaram a brilhante arte de viver e de exprimir os mais altos valores do espírito, contribuiu tanto como a Pérsia, Bagdad, Damasco ou o Cairo para uma das grandes civilizações do Globo, das praias do Atlântico até à Indonésia, das estepes da Mongólia à África do Sul.

A montanha cria, por força de condições naturais e apenas delas, uma disposição em *andares*, que condiciona ou determina formas de subsistência dos homens. Naquela «igualdade pela média», que VIDAL DE LA BLANCHE considerava um triste resultado da nossa civilização material (visto que a condição do Espírito é a variedade da sua inventiva), a montanha será sempre um lugar de refúgio, de meditação humana, onde se respira o ar puro da natureza e a consciência da liberdade — emoções em que Humboldt, Reclus e Troll se compraziam, na linha harmoniosa do desenvolvimento de uma Ciência ímpar, por se situar entre a Natureza e a História, ou seja, o ambiente e o decurso humano no tempo.